



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ONLINE
CURSO DE PEDAGOGIA**

**REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DA INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE
LIBRAS NO ENSINO REMOTO PARA ALUNOS SURDOS DURANTE A
PANDEMIA**

GRACIELE DA SILVA NEIVA CABANHE

Campo Grande - MS
Junho, 2022

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ONLINE – NEO
CURSO ON-LINE DE PEDAGOGIA

**REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DA INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE
LIBRAS NO ENSINO REMOTO PARA ALUNOS SURDOS DURANTE A
PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Núcleo de Educação
Online do Instituto Nacional de Educação
de Surdos – Polo UFGD, como requisito
parcial para obtenção do grau de
Pedagoga.

Orientadora: Dra. Tânia Chalhub

Campo Grande
Junho, 2022

C113r Cabanhe, Graciele da Silva Neiva.
Reflexão sobre a prática da intérprete educacional de libras
no ensino remoto para alunos surdos durante a pandemia /
Graciele da Silva Neiva Cabanhe. — 2022.
41 f. ; 30 cm.

Orientadora: Tânia Chalhub.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia)—Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de
Janeiro, 2022.

1. Surdos - Educação. 2. Educação a distância. 3. Libras. 4.
Tradução e interpretação. I. Título. II. Chalhub, Tânia.

CDD 371.912

GRACIELE DA SILVA NEIVA CABANHE

**REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DA INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE
LIBRAS NO ENSINO REMOTO PARA ALUNOS SURDOS DURANTE A
PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Núcleo de Educação Online do Instituto Nacional de
Educação de Surdos como requisito parcial para
obtenção do grau de Pedagoga.
Orientador: Dra. Tânia Chalhub

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tania Chalhub, DESU/ INES Orientadora, DESU/INES

Prof^a. Dr^a. Mariana Dezinho, UFGD

Profa. Sheila Martins dos Santos

Aprovada em 15 /06/2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Olindo e Geralda e meus irmãos Adonias, Danila e Daniel.

Aos meus avós maternos e paternos que se foram e não puderam ver a realização desse sonho.

Ao meu esposo Oldemar Cabanhe, uma pessoa muito mais que especial, companheiro, amigo, que desde 2014 vem fazendo parte de minha vida e que, muito mais ao longo destes anos, de forma inesquecível, tem sido o meu braço direito, tem compartilhado comigo suas experiências acadêmicas e tolerado todos os segundos com o objetivo de que eu pudesse alcançar mais um título, subir mais um de grau da vida acadêmica e muito mais que isso, aumentar a bagagem teórica e bem como a prática com o objetivo de contribuir com a educação do nosso país.

A minha filha Mayumi de dois anos de idade que tem me dado força para realizar mais essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha existência, pela força, coragem e saúde, objetos que me ajudaram a vencer esses anos de estudo em mais uma graduação, motivo de muita felicidade.

No livro de Salmos capítulo 01 versículo 03 fala que somos “como a árvore plantada junto a ribeiros de águas, a qual dá o seu fruto na estação própria, e cujas folhas não caem; e tudo quanto fizer prosperará”.

Assim, a sementinha lançada na terra no ano de 2018 frutificou em 2022, e com o passar dos dias esses frutos sejam multiplicados cada vez mais preservando a sua excelência e qualidade na sociedade.

Na elaboração desse trabalho foram grandes as contribuições de amigos, professores e familiares.

Agradeço a professora Doutora Tânia Chalhub (orientadora) pelas orientações, discussões, dedicação e amizade. Agradeço-a por ter propiciado-me crescimento e amadurecimento como pesquisadora durante a realização deste trabalho, indicando-me sempre o melhor caminho.

Agradeço a todos que de forma direta e indireta me ajudaram na elaboração deste trabalho.

RESUMO

O surto da Covid-19 no mundo, obrigou todos os países a adotar medidas para o enfrentamento à pandemia, e, no Brasil isso não foi diferente. Uma das medidas adotadas foi o isolamento social da população. Na educação, foi implementado o ensino remoto para todos os alunos entre 2020 e o primeiro semestre de 2021. Na Educação Especial e, em específico ao aluno surdo, muitas indagações foram levantadas referentes a esse sistema de ensino para atender a essa especificidade, tendo em vista tratar-se de segunda língua e de apoio do profissional intérprete de Libras, que precisou mobilizar novos saberes para alcançar esses indivíduos. Assim, para a tessitura desta pesquisa, destacamos o objetivo geral que é discutir a atuação do intérprete educacional no processo de inclusão dos alunos surdos no ensino remoto no período da pandemia na rede municipal de ensino da cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. A metodologia utilizada é a pesquisa narrativa autobiográfica da minha prática de intérprete educacional. Entre as principais reflexões é que na pandemia ficou muito nítido, o intérprete educacional precisou ir além de sua função para que o aluno surdo não desistisse das aulas e realizasse as atividades. O intérprete se viu obrigado a relizar a duplicidade de função: professor e intérprete. Observou-se que o processo de inclusão dos surdos na escola regular ainda é um processo bem distante da realidade de ser concretizada de fato e com a pandemia a situação se agravou para a exclusão dessas pessoas, forçando de fato a ficar segregados e isolados em quarto por falta de comunicação entre a família e principalmente de seus professores e amigos tendo apenas o intérprete para se comunicar.

Palavras-chave: Ensino Remoto; Inclusão; Educação de Surdos; Intérprete Educacional

RESUMO EM LIBRAS

Link do vídeo: https://youtu.be/IPv4_pcs67c

ABSTRACT

The Covid-19 outbreak in the world forced all countries to adopt measures to face the pandemic, and in Brazil this was no different. One of the measures adopted was the social isolation of the population. In Brazil in education the remote teaching was implemented for all students between 2020 and the first semester of 2021. In the field of education for deaf students, many questions raised regarding this education system to meet this specificity, meaning that it is experienced as a second language with the support of the professional Libras interpreter, who needed to mobilize new knowledge to reach these students. In this research we highlight the general objective, which is to discuss the role of the educational interpreter in the process of including deaf students in remote teaching during the pandemic period in the municipal education network of the city of Campo Grande, capital of the State of Mato Grosso do Sul. The methodology used is the autobiographical narrative research of my practice as an educational interpreter. Among the main reflections is that in the pandemic the educational interpreter had to go beyond her role so that the deaf student would not give up classes and carry out the activities. The interpreter was forced to perform the dual role: teacher and interpreter. It was observed that the process of inclusion of the deaf in regular schools is still a process far from the reality of being actually implemented and with the pandemic the situation has worsened for the exclusion of these people, forcing them to be segregated and isolated in a room, due to lack of communication between the family and especially their teachers and friends, having only the interpreter to communicate.

Keywords: Remote Teaching; Inclusion; Deaf Education; Educational Interpreter

LISTA DE SIGLAS

DESU- Departamento de Ensino Superior
INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos
LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais
LGP –Língua Gestual Portuguesa
LSA – Língua de Sinais Argentina
LSB –Língua de Sinais Brasileira
TIC –Tecnologia da Informação e Comunicação
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
SEMED - Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: PROBLEMAS DA PANDEMIA

3. INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

4. METODOLOGIA

5. NARRATIVAS DA INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO

Visando contextualizar o tema: “Reflexão sobre a prática da intérprete educacional de libras no ensino remoto para alunos surdos durante a pandemia”, vamos fazer uma breve discussão, apresentando alguns marcos da história da educação dos surdos, destacando apenas alguns momentos.

Historicamente, temos a rejeição das pessoas surdas pela sociedade vistos como seres incapazes de aprender devido a sua anomalia e doenças, conforme eram vistos. (DAMÁZIO, 2016)

A educação de surdos se destaca por inúmeros desafios desde o século XVI e algumas conquistas, principalmente nas últimas décadas. No século XVI também marcado pela preocupação educacional desses indivíduos, surge na Espanha no ano de 1555 o primeiro professor surdo, o padre beneditino Pedro Ponce de León para ensinar uma pessoa surda de uma família de nobres, mas sem um método estabelecido, foram usadas diversas metodologias para o processo de ensino.

Nos séculos seguintes, houve mudanças, sendo então vistos sob a perspectiva de pessoas/cidadãos detentoras de direitos e deveres. Contudo, ainda se percebe uma visão de exclusão devido aos aspectos assistencialistas. (DAMÁZIO, 2016)

Apenas no século XIX o tema tem algum destaque no Brasil. Em 1855 acontece um marco de suma importância para a institucionalização da educação de surdos no Brasil, o professor francês surdo Ernest Huet envia uma carta ao Imperador do Brasil relatando as diretrizes necessárias para a criação da primeira escola de surdos e as instruções de funcionamento¹. Foi então que em 1857 na cidade do Rio de Janeiro surgiu o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A partir de então os surdos tiveram uma escola própria e especializada para atendê-los com o uso da língua de sinais. Mas houve um entrave na qual

¹ O documento original Rapport à l'Empéreur encontra-se no Museu Imperial e uma cópia digital está no Repositório Digital Huet do INES, <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/185>.

em 1911, o INES considerou a tendência mundial e adotou o modelo oralista em vigor desde o Congresso de Milão.

Marco temporal fundamental que impactou negativamente a Educação de surdos, as decisões que foram tomadas no Congresso de Milão em 1880, duraram mais de cem anos e foi marcado pelo etnocentrismo ouvintista, em que, a cultura ouvintista majoritária decidiu pela cultura surda minoritária. O método oralista e a língua de sinais da época foram proibidas e, como consequência a depreciação da qualidade da educação para os surdos (LOPES; ABREU, 2017).

Segundo Goldfeld:

O oralismo, ou filosofia oralista, usa a integração da criança surda à comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o Português). O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva. (1997, p. 30-31)

Para a sociedade a prática de repetição e oralização possibilitaria aos surdos a ouvir e falar, para tanto o método educacional visou a reabilitação da fala aos sujeitos surdos através das técnicas em que Dorziat (1997) chamou de treinamento auditivo, desenvolvimento da fala e leitura labial.

Na década de 1960 surge um novo modelo de comunicação para os surdos, conhecido como Comunicação Total, método este que visava o uso da Libras integrada com a oralidade.

Já em 1970 há uma nova mudança no sistema educacional e nesta foi considerado a tendência do modelo da comunicação total e posteriormente inicia o bilinguismo. (LACERDA, 1988)

E, logo em seguida surge o método de comunicação chamado de bilinguismo, destacando que o surdo deveria ter como língua materna a Língua de Sinais e como segunda opção ou língua secundária a língua oficial do seu país, neste caso a Língua Portuguesa. (QUADROS, 1997; MOURA, 2000)

Um marco de suma importância para a comunidade surda e que possibilitou a criação da língua brasileira de sinais. Num primeiro momento foi utilizado a Língua de Sinais Francesa e após aos poucos foi se desenvolvendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

No século XXI uma nova compreensão da educação de surdos se desenvolve baseada na Declaração de Salamandra, destacando não mais a anormalidade e os aspectos clínicos, mas, seus aspectos culturais. Surge, assim, a pedagogia visual estabelecendo que a educação de surdos se dá a partir da interação com os agentes da cultura. (CAMPELLO; PERLIN, 2007)

No Brasil, a língua brasileira de sinais, Libras, é uma língua reconhecida para a comunicação para os surdos, aprovada pela lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Diante disso, deve ser usada a língua de sinais como língua materna ou primeira língua e como segunda língua a Língua Portuguesa.

O ensino da Libras está na lei como forma de possibilitar a comunicação de diversos profissionais com os cidadãos surdos.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Na educação de surdos é fundamental a participação de um profissional intérprete de Libras para realizar a mediação entre professor e aluno.

Quanto à sua inclusão no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo há de se considerar as diferentes barreiras impostas pela cultura ouvintista, principalmente as barreiras atitudinais, o que dificulta que a partir da própria escola não se cria uma facilidade para que ouvintes aprendam a se comunicar com os surdos. Os surdos possuem um canal de percepção diferente dos alunos ouvintes que os marcam de forma singular e com demandas específicas referentes ao fazer pedagógico e também na aquisição da linguagem. Esses indivíduos captam informações por processos semióticos, principalmente por meios visuais, levando à necessidade de estratégias diferenciadas para o enfrentamento dos desafios da aprendizagem (MENEZES, 2021)

Assim, sendo uma tarefa nada fácil, os surdos estão inseridos em uma comunidade majoritária de ouvinte, destacando, desta forma, estratégias educacionais voltadas para a cultura ouvintista. E, diante da pandemia do

coronavírus os sistemas de ensino foram obrigados a implantarem um ensino remoto para os alunos.

Sabemos que eles possuem limitações em sua comunicação tanto no meio social como também no ambiente familiar, bem como observamos que as limitações ganharam destaque no acesso aos meios tecnológicos, ferramentas que são de suma importância para lidar com os desafios do ensino em situação de pandemia. Diante dessa nova demanda muitas indagações foram levantadas referentes a esse sistema de ensino para atender aos alunos surdos. Dentre elas destacamos as seguintes reflexões e que serão discutidas: Como ocorreu esse ensino remoto para os alunos surdos? Quais foram as técnicas, as estratégias e as metodologias usadas para atender a esses alunos? Principalmente, como foi o trabalho da intérprete educacional de Libras nesse contexto, uma vez que o distanciamento social e a necessidade de comunicação à distância? e de forma remota como a intérprete conseguiu articular conhecimentos de tecnologia da informação para alcançar o indivíduo surdo e fazer com que esse indivíduo tivesse acesso minimamente aos conteúdos costumeiramente pensados para a maioria ouvinte?

Diante disso, este trabalho busca discutir os aspectos positivos e negativos do ensino remoto e destacar as estratégias metodológicas que foram adotadas por meio da narrativa de uma intérprete educacional.

2. ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: PROBLEMAS DA PANDEMIA

Um desafio jamais previsto no meio educacional e que “pegou” todos de surpresa: a educação despreparada para atender a todos em um ensino remoto em um país marcado por desigualdades socioeconômicas e professores despreparados para atender esta demanda de ensino.

Os profissionais da Educação foram obrigados a desenvolver habilidades e se apropriar de conhecimentos dentro do universo da tecnologia que assistem à educação ou que servem a educação, a fim de atender à demanda urgente em proporcionar acesso ao acervo cultural a alunos que também dependiam de ferramentas de tecnologia para obter tais acessos, fazendo com que as Secretarias de Educação também pensassem em estratégias para minimizar as dificuldades de alcance ao aluno em situação de aula remota.

De acordo com Janoario e Louro:

A pandemia mudou instantaneamente a forma como a educação é ministrada, uma vez que a escola e a casa agora se tornaram o mesmo lugar devido às regulamentações necessárias colocadas em vigor. Poucas escolas podem oferecer uma experiência virtual completa, que inclui alunos que possuem dispositivos eletrônicos, professores que sabem como criar aulas online funcionais e uma cultura tecnológica eficaz. A realidade é que a maioria das escolas não está preparada para esta mudança, o que nos faz reconhecer que o acesso desigual à Internet é apenas um dos muitos problemas que nosso sistema educacional enfrenta em nível global. (2020, p.69)

Como o resto do mundo, no primeiro semestre de 2020, o Brasil se encontrou com um surto do coronavírus, doença que foi ocasionada pelo vírus SARS-COV-2 – Covid-19, e que atingiu o nível pandêmico.

Foram realizadas diversas medidas e iniciativas para prevenir e diminuir a contaminação, bem como diminuir o quantitativo do número de mortes. Diante das medidas, os governos federal, estaduais e municipais tomaram diferentes iniciativas para minimizar os problemas, os prejuízos e atrasos nas aulas e do ano letivo.

No âmbito do governo federal foi criado um canal de recursos por meio do PDDE, chamado de PDDE Emergencial, pela Resolução Nº 16, de 07 de outubro

de 2020, que tinha por objetivo em caráter excepcional, para atender as escolas públicas das redes estaduais, municipais e distrital, com matrículas na educação básica, subsidiar recursos para que as escolas pudessem diminuir os efeitos da pandemia e poder atender por meio de materiais de consumo e permanentes as atividades com aula remota.

Entre as medidas adotadas, durante o período de isolamento, destaca-se, portanto, o ensino remoto, com aulas no ensino a distância, atividades na forma de apostilas e *lives*, em que os professores foram confrontados a se adequarem à novas tecnologias e diferentes aplicativos voltados para o ensino não presencial.

Ribeiro (2020) apresenta a diferenciação entre ensino a distância e ensino remoto, com algumas de suas características. Segundo o autor

Quando trabalhamos com ensino a distância, precisamos conhecer bem o contexto em que será implementado, tendo em mente todas as dificuldades que os atores do processo podem enfrentar, a fim de criarmos estratégias que tenham maior alcance e maior eficácia na construção do aprendizado. Caso contrário, a adoção deste tipo de ensino apenas ampliará os abismos sociais já existentes em nosso país. (RIBEIRO, 2020, p. 464)

Segundo Ribeiro o ensino remoto foi utilizado com uma estratégia para substituir o ensino presencial impossibilitado pelo distanciamento social por conta da pandemia de covid19 “amplia abismos sociais”. (2020, p. 476)

Dessa forma, a educação das pessoas surdas também se defrontou com o enfrentamento do ensino remoto, em que se exigiu do profissional intérprete de Libras um protagonismo até então estranho a esse ator da educação para surdos, uma vez que ele, como diversos profissionais assumiram novas práticas profissionais, passando a fazer interações virtuais, diante de câmeras e gravações para que o aluno surdo tivesse acesso ao ensino remoto com um mínimo de qualidade.

De acordo com Janoario e Louro

Na maioria das vezes, os alunos não possuem computadores em suas residências. Só têm acesso à internet por dados móveis pelo celular. Então, como estabelecer uma proposta de ensino que não leve em consideração as disparidades do sistema

educacional? De maneira específica, como atender às peculiaridades que envolvem as metodologias para o atendimento de alunos surdos? Para o contexto da diferença, a dinâmica se intensifica muito mais, pois é preciso trazer para o debate, estratégias que envolvam intérpretes, plataformas e espaços que permitam uma boa iluminação para que o aluno surdo possa visualizar e acompanhar as aulas. É necessário administrar o tempo de aula, tanto para o professor, quanto para os alunos e intérpretes, para que a aula (remota) não se torne exaustiva. Ao mesmo tempo que planejamos aula, temos que nos ater numa formação continuada, muitas vezes, exercida por iniciativa própria. Organizar o tempo de casa, do trabalho, da família, do lazer, tudo no mesmo espaço. Às vezes, me questiono como anda a saúde do professor? Mesmo diante do contexto pandêmico, ainda temos que abrir espaços de luta contra as práticas ocultas dos currículos e trabalhar para desenvolver um ensino que leve em consideração o diálogo, a gestão de conflitos, a colaboração mútua. (2020, p.69)

Não diferente de outros estados brasileiros, o Estado do Mato Grosso do Sul e mais especificamente no município de Campo Grande, na rede municipal de ensino, adotou a forma remoto como estratégia de ensino no período de enfrentamento a COVID. O sistema educacional da rede municipal de Campo Grande adotou as aulas em vídeo com o apoio das redes sociais, Facebook, Skype, WhatsApp, utilizando ferramentas como videochamada e ambientes virtuais como Google Classroom, aulas pelo canal do Youtube e canal de televisão TV REME da emissora Cultura, transmissão pela emissora de rádio e outras estratégias metodológicas de acordo com o atendimento individual de cada intérprete de Libras.

Essas medidas foram adotadas de formas emergenciais para que os alunos não perdessem aulas ou que o ano letivo fosse cancelado. Nesse contexto, sabemos que, diante das estratégias metodológicas adotadas, também se exige tanto dos profissionais quanto dos alunos condições socioeconômicas, ferramentas/equipamentos tecnológicos, habilidades do interprete de libras, do aluno e do professor como elementos que possibilitem a potencialização do ensino e aprendizagem no ensino remoto.

De acordo com Carvalho, Cunha e Quiala (2020):

A ruptura imposta pela pandemia do coronavírus foi radical e exigiu uma adaptação sem uma prévia construção de conhecimento dos professores e de alguns estudantes ao mundo das TIC, de uma forma intensa, sem que a maioria desses tivessem uma experiência prévia que os colocasse mais

confortavelmente numa relação de aprendizagem diferente da que estavam habituados.

A respeito das medidas adotadas, muitos problemas foram deixados de lado, conforme destacam Shimazaki, Menegassie Fellini:

[...] muitas questões foram ignoradas pelos órgãos competentes, como a situação de vulnerabilidade socioeconômica, linguística, física e cognitiva dos alunos. Desse modo, ao se ofertar o ensino remoto, a exclusão desses alunos torna-se mais um agravante diante da pandemia e das condições impostas e requeridas a muitos deles. Perante a necessidade de verificarmos como o ensino remoto tem ocorrido com alunos surdos. (2020, p. 2)

Para Carvalho e colaboradores (2020) o ensino remoto pode ser definido como:

[...]sendo o processo de ensino-aprendizagem aliada a tecnologia, através das plataformas digitais e outros meios, onde o aluno é centro desse processo e o professor é o mediador enfrentando desafios de forma corresponsável no ambiente escolar virtual (sem página).

Diante do ensino remoto em tempos de pandemia, observa-se que há pontos positivos e negativos neste modelo de ensino para o ensino aprendizagem dos alunos e em especial aos alunos surdos, já que, no ensino presencial, esses alunos em si já apresentam muitas dificuldades em seu processo de aprendizagem, pois a comunicação no ambiente escolar muitas vezes ocorre somente com a presença do intérprete de libras, profissional capacitado para comunicar com os surdos, já no ambiente familiar, em muitos casos, não há uma comunicação fluente. Portanto, este trabalho de pesquisa visa fazer uma reflexão do ensino remoto para os alunos surdos em situação de pandemia destacando os pontos positivos e negativos.

3. INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

Vale ressaltar que a linguagem é relevante para a comunicação e possibilita diferentes perspectivas para a sua aquisição. Pode-se dizer que o processo de aquisição da linguagem passa por vários estágios, desde o nascimento até a fase adulta. Esses estágios indicam a ideia de um período crítico que está relacionado à concepção de linguagem, a capacidade biológica do cérebro e à concepção de desenvolvimento. Sendo também (mas não somente) uma capacidade biológica, considera-se que esta é desenvolvida somente pela maturação do cérebro, que faz parte do desenvolvimento biológico do indivíduo e se realiza por etapas, atingindo a evolução máxima na idade adulta. Sobre essa questão Santana (2007, p. 96) aponta que:

[...] Nessa perspectiva, a faculdade da linguagem é como um órgão. Ou seja, a aquisição de uma língua assemelha-se ao crescimento dos órgãos em geral: é algo que acontece com a criança, e não algo que ela faz. Assim, cada língua é resultado da atuação de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência. O estado inicial é um “**dispositivo de aquisição de língua**” que tem experiência como “**dado de entrada**” e fornece a língua como “**dado de saída**”, um dado de saída que é internamente depositado na mente/cérebro (grifos do autor).

Assim, para os surdos a modalidade preferencial para o seu desenvolvimento linguístico e cognitivo é o uso da Língua de Sinais, sua língua materna e espontânea. É ela que favorece o processo evolutivo em seus aspectos pessoais, afetivos, sociais, educacionais e outros.

A Língua de Sinais é espontânea para os surdos porque possui o canal visual-espacial para a sua organização. No caso dos ouvintes se estabelece um canal auditivo que permite o desenvolvimento da fala. Em nosso país, conforme Oliveira *et al.* (s/d, p. 01):

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – recebeu o status de L1, ou seja, primeira língua da minoria surda brasileira através da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Fato que se deu pelo esforço e conquista da comunidade surda no Brasil, após anos de empenho em prol do reconhecimento de sua língua materna diante da língua majoritária de nosso país – o Português.

É o poder de decodificações dos signos que possibilita o processo de comunicação, o desenvolvimento cognitivo e conseqüentemente novos horizontes surgem estimulando novas formas de pensamentos, transformando a concepção de mundo. Partindo desse pressuposto, a criança surda deve ser exposta o mais rápido possível à Língua de Sinais, possibilitando um desenvolvimento na sua aquisição respeitando os seus estágios.

Isso se relaciona ao desenvolvimento cognitivo do surdo, pois possui um canal de percepção diferente dos ouvintes que o torna singular. A comunicação dos surdos ocorre através de uma língua visual-espacial. As Línguas de Sinais não são universais, pois cada país possui a sua particularidade. No Brasil ela é chamada de Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou LSB – Língua de Sinais Brasileira; na Argentina é LSA - Língua de Sinais Argentina; em Portugal é LGP – Língua Gestual Portuguesa.

Quanto ao ensino remoto, dificultou o processo de comunicação e interação dos surdos, sabe-se que dentro de casa a comunicação na família não é acessível como deveria, isso se deve nos casos de famílias ouvintes de filho surdo. Assim, os maiores desafios dos surdos no isolamento social se relacionam na falta de acessibilidade, as informações não chegam aos surdos como para os ouvintes, a falta de comunicação e interações com os membros,

Um profissional de suma importância no ambiente de sala de aula, além do professor regente, é o intérprete educacional que em linhas gerais fica responsável por mediar todos os processos de comunicação entre o aluno surdo e os demais sujeitos que compõem o universo escolar.(LACERDA; GÓES, 2000)

Parece que a inclusão do aluno surdo nas escolas se faz mediante apenas à presença do intérprete, que tem a função de traduzir em sinais tudo que o professor está falando. Neste sentido, o professor segue explicando para os alunos ouvintes e acredita que o intérprete deve fazer o trabalho de tradução e inclusão simultaneamente, eventualidade que ficou mais nítida no ensino remoto. Nesse sentido:

O primeiro personagem é o aluno surdo. Este possui língua e cultura diferentes daquelas com as quais o professor está acostumado a lidar. Também, por lei, tem o direito de ser incluído em sala e escola de ensino comum. Todavia, a

discussão não se aterá a esse personagem, embora seja o principal. O segundo personagem é o intérprete de LIBRAS. Esse servirá de canal comunicativo entre os surdos e as pessoas que os cercam. Mas que papel ele exerce em sala de aula? Como deverá ser sua postura em sala de aula? Há éticas que o limitem ou lhe deem direitos? Quem é ele, enfim, na sala de aula? Na escola? [...]. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes como em qualquer contexto tradutório que vivenciou ou vivenciará. Ele realiza uma atividade humana que exige dele estratégias mentais na arte de transferir o contexto, a mensagem de um código linguístico para outro (ROCHA,2010, p.21).

Acreditando que o papel do intérprete de Libras vai além da prática de tradução simultânea surge a figura do intérprete educacional. Em pesquisa recente Albres (2015, p. 14) traz algumas definições que permeiam os documentos oficiais sobre os conceitos que definem os papéis e a própria nomenclatura que gira em torno do intérprete. Segundo a autora:

[...]o intérprete educacional é o profissional que trabalhará na mediação da comunicação entre o aluno surdo e o contexto educativo. Trabalho em prol do acesso ao ensino, auxiliando para a adequação das condições pedagógicas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo.

Albres (2015,p.62) esclarece uma importante conceituação do termo intérprete educacional. É certo que os termos surgem e vão se renovando por diversas razões, entre elas os momentos históricos e políticos. O intérprete, figura que aparece inicialmente nos eventos religiosos onde havia a presença de surdos, foi tomando importância e se renovando ou se refazendo em suas práticas provocando o surgimento de diferentes nomenclaturas. Aparece como importante ator nos espaços educacionais interagindo e intermediando o conhecimento com o surdo nos canais de televisão, nas diferentes instituições, tribunais, conferências e até sendo requisitado para mediar questões trabalhistas.

Para este estudo optou-se pela nomenclatura intérprete educacional conforme Albres (2015) que empresta e dialoga a conceituação com Lacerda (2009).As autoras entendem que o intérprete educacional é aquele que

trabalha ativamente no processo de ensino e aprendizagem não só interpretando conteúdos, mas também se envolvendo em todos os processos para tornar tais conteúdos acessíveis para o aluno a partir de conversas e troca de informações.

É importante ressaltar que Albres (2015) admite em suas pesquisas nos documentos referentes aos intérpretes, que historicamente sempre houve uma sobreposição e divergência de perspectivas para a função desse profissional, ora sendo intermediador, ora sendo um apoiador do professor, orientando o aluno em atividades específicas da linguagem. A autora afirma ainda que nesse processo o intérprete atua também como orientador da mudança cultural da escola em relação ao aluno surdo e à Língua de Sinais.

Nesse caso, concorda-se com Albres (2015), uma vez que o intérprete, agente presente e concorrendo o mesmo espaço que o professor regente, com ressalvas à função de cada um, acaba sendo um propagador da própria Língua de Sinais, pois ainda hoje gera especulação por parte dos outros agentes do espaço escolar, dentro dessa rede de interesses, qual é realmente a função do intérprete, qual o seu salário, quais seus direitos como profissional confundindo-o, inclusive, com os profissionais de apoio, que também interagem na vida escolar.

O agravante, no entanto, e que já se observou pontualmente neste trabalho, é o fato de que a escola é pensada para alunos ouvintes e o surdo é que deve se adaptar às metodologias de ensino. Os intérpretes educacionais, nas palavras de Albres (2015) se sentem obrigados a focar nos processos de ensino e aprendizagem dos conteúdos pedagógicos. O intérprete, portanto, vai se refazendo de acordo com os movimentos históricos que lhes impõem novas maneiras no trato da própria profissão e a própria língua como fato histórico vai renomeando a função de acordo com esse movimento.

Com a preocupação em respaldar a educação inclusiva dos surdos ocorreu a formulação de várias Leis, das quais destaca-se as que regem o entendimento desse processo no ambiente escolar. Entre elas, uma das mais importantes é a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Os artigos 1º e 2º dispõem sobre o reconhecimento da comunicação em Língua Brasileira de Sinais:

Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art.2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais-Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

A lei em questão foi regulamentada pelo Decreto nº5.626, de 2005, legitimando a inserção da Libras como a primeira língua das pessoas surdas. De acordo com o Decreto a Libras, como primeira língua, e a Língua Portuguesa, como segunda língua, constituem complementação curricular específica a ser desenvolvida nas mesmas escolas em que o aluno surdo está matriculado. Os sistemas de ensino devem, a partir de 2006, organizar classes ou escolas bilíngues, abertas a surdos e ouvintes; viabilizar cursos de qualificação profissional dos professores; organizar serviços de tradutor e intérprete de Libras para atuação nas classes que têm surdos nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio, educação profissional e educação superior (BRASIL, 2005).

Quadros (2004) aponta que emergem diversos problemas de ordem ética que surgem em função do modelo de intermediação que se constrói em sala de aula. Muitas vezes, o trabalho exercido pelo intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor regente. Por muitas vezes, os próprios alunos surdos acabam direcionando questões ao intérprete sobre conteúdos escolares resultando em diálogos e discussões em relação aos assuntos abordados em sala com o intérprete e não com o professor.

Ao que parece, a inserção do surdo em sala de aula do ensino regular o exclui do grupo por falta de mecanismos que capacitem o meio a uma

efetiva comunicação, colocando-o ou forçando-o a posicionar-se em um ponto fixo da sala, que muitas vezes é a primeira carteira de um dos extremos, ao lado do intérprete.

Diante dos fatos já citados, o intérprete se estabelece como um agente de grande importância no processo de apoio pedagógico ao aluno surdo e ao professor regente da classe comum, pois é ele que se destaca como o ponto chave para o desenvolvimento pedagógico do aluno por ser o conhecedor de suas singularidades linguísticas, tendo uma relação maior de proximidade.

De acordo com a Lei nº 12.319, de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais fica explícito, no artigo 6º, sobre as atribuições desse profissional no exercício que se estabelece de sua competência de escrita nas alíneas I e II:

- I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (BRASIL, 2010).

Diante do que é imposto pela legislação sobre as atribuições e competências do intérprete educacional percebe-se que constam lacunas em seu papel e espaços de atuação, pois sabe-se que ele precisa ir além do que está estabelecido. Assim, há a necessidade da equipe interdisciplinar na escola que tenha alunos surdos matriculados, pois é essa equipe a partir de um trabalho coletivo que possibilitará a inclusão deste aluno oferecendo a ele experiências visuais para que se sinta inserido e possibilite igualdade de oportunidades e um ensino de qualidade em uma turma de ensino regular comum.

Dos profissionais das escolas regulares de ensino há uma parcela minoritária que possui conhecimento na Língua de Sinais. Observa-se que quando o professor tem esse conhecimento, durante as aulas ele proporciona ao aluno interação com sinais, ainda que seja básico. Porém, todo o processo de tradução das aulas fica por conta do intérprete. Observa-se que quando o professor desconhece a Língua de Sinais impossibilita estabelecer um

diálogo e/ou interação com o aluno surdo transferindo todas as suas responsabilidades de professor para o intérprete.

O ensino remoto remete-se a um tipo de ensino em que o professor dá a aula a distância com o apoio da tecnológica . Segundo Ribeiro, o ensino remoto refere-se “a adaptação de aulas que, em sua origem, são presenciais, mas que, pela emergência da pandemia, tiveram de ser transmitidas à distância” (2020, p.474).

Portanto, o ensino remoto é estruturado por um ensino que é mediado por meio de tecnologias, mas que tem a referência dos mesmos métodos usados na educação presencial ou seja o ensino presencial adaptado em plataformas digitais.

4. METODOLOGIA

Realizaremos o levantamento bibliográficos na primeira fase e pesquisa narrativa que segundo Mello et al. (2021) é:

[...] estudo da experiência entendida narrativamente. [...] seja aquela que a define como sendo o estudo da experiência, como ela é vivida e contada, trata-se algo mais do que isso, pois a pesquisa narrativa é mais do que contar histórias, mais do que viver histórias (p. 567).

A pesquisa narrativa é uma metodologia que tem contribuído com diversas áreas do conhecimento como, a saúde e educação, e vai além do relato de uma vivência. Para Frauendorf et al. (2016, p. 352) o pesquisador “reveste de significado o objeto pesquisado, adicionando à cena relatos que contam não apenas aquilo que ele vê, mas todo o entorno e as nuances do episódio.”

Este tipo de pesquisa

contribui e muito para o processo de autoformação, na medida em que permite ao narrador entender seus limites em dado contexto, em determinado tempo e na relação estabelecida com seus outros. Conseqüentemente, a compreensão ativa produzida poderá auxiliar na formação de outros indivíduos, por propiciar que se observe determinado acontecimento e se reflita a partir do par experiência/ sentido (FRAUENDORF et al., 2016, p. 354)

A pesquisa narrativa autobiográfica deste trabalho será referente à prática da intérprete de Libras processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos neste momento de pandemia. O levantamento de dados através da pesquisa narrativa será da prática da própria pesquisadora que é intérprete de Libras lotada na rede municipal de Campo Grande - MS, destacando as tecnologias e metodologias usadas no ensino remoto, elencando os pontos positivos e negativos da prática para a aprendizagem do aluno surdo.

O objetivo geral da pesquisa é discutir a atuação do intérprete educacional no processo de inclusão dos alunos surdos no ensino remoto no período da pandemia na rede municipal de ensino da cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

NARRATIVAS DA INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS DURANTE A PANDEMIA

No período das aulas ainda presenciais pude observar sinais de conflitos nas salas de aulas regular. Com o início da pandemia do COVID-19 essa situação ficou ainda mais complexas com a inserção/imposição do ensino remoto imposta pelo poder público. Primeiramente, sem saber de onde começar em um momento de medos e incertezas e uma estrutura fragilizada de tecnologia nas escolas. Momento em que nem o poder público sabia por onde começar e como fazer e realizar as aulas.

A primeira decisão foi antecipar o recesso escolar que acontecia em julho e que era de 15 dias para trinta dias como formas de reunir os departamentos da Secretaria de Educação juntamente com os gestores das escolas para que pudesse achar um caminho para percorrer.

No segundo momento, ficou decidido que a SEMED ia elaborar as apostilas para ser trabalhado com os alunos e que essas seriam entregues impressas para as escolas e os professores fariam as aulas ao vivo por meio de aplicativos ou da forma como achasse melhor. Ou seja, ficou a cargo de cada escola na verdade a organização das aulas a ser ofertadas aos alunos.

E, por fim, a falta de dinheiro e a demora nas licitações fez com que as apostilas demorassem para ser impressas, assim, as escolas tiveram que se organizar e realizar a impressão das primeiras apostilas para os seus alunos e somente depois que as escolas receberam as apostilas impressas para serem distribuídas.

Um outro acontecimento foi que o período para usar as apostilas aconteceu de forma diferente nas instituições de ensino, assim as escolas mais organizadas já deixava uma “carta na manga” caso precisasse, que foi a elaboração de um apostila de conteúdos feito pelos próprios professores da instituição se caso não chegasse em tempo as apostilas da Secretaria de Educação, a escola já tinha atividades para que os alunos não ficasse sem as aulas remotas.

Diante disso, a inserção dos alunos surdos nas escolas de ensino regular comuns pressupõe mudanças no sistema de educacional e adaptações no currículo escolar proporcionando alterações nas formas de

ensino, aplicando uma metodologia adequada e não deixando de ter um olhar presente na forma de avaliação que coincida com as suas singularidades.

Dessa forma, a presença do aluno surdo na escola impõe aos professores regentes a necessidade de elaborarem estratégias e métodos de ensino que condizam com sua forma de aprendizagem possibilitando a inclusão do aluno e proporcionando uma experiência educacional de qualidade sem menosprezar e desrespeitar seus direitos.

O contexto da proposta educacional inclusiva permitiu a inserção do intérprete educacional de Língua de Sinais em sala de aula. No município de Campo Grande-MS essa prática vem ganhando espaço na educação básica.

No Município de Campo Grande, mais especificamente na rede municipal de ensino há um projeto onde desde a educação infantil, os alunos surdos detectados pela escola ou professora regente passa por uma avaliação de anamnese e após a esta a família é convocada para participar de uma reunião com a equipe interdisciplinar da surdez, onde é relatado a questão da deficiência da criança, como ela aprende, o que deve ensinar e como proceder diante da deficiência, tira as dúvidas e orienta a família de como deve proceder. Diante disso a família precisa dar um aval para que possa fazer o atendimento da criança em libras. Assim, a aprendizagem da Língua de Sinais acontece na rede municipal de ensino em classes comuns de ouvintes, tem se tentado promover uma estrutura de profissionais habilitados para garantir a aprendizagem dos alunos surdos, tendo a seu favor o cuidado de uma equipe interdisciplinar².

No entanto, com a pandemia as escolas necessitaram reformular suas estratégias de ensino, devido ao ensino remoto posto neste período. E como ficou a relação da intérprete com os alunos surdos? Como manteve contato? Teve algum preparo para isso?

Neste período de pandemia a relação entre intérprete de Libras e o aluno fez com que se estreitasse ainda mais os laços de proximidade e amizade, pois a intérprete de libras teve que se “adentrar” a casa da família para criar uma rotina para o aluno e

² A equipe interdisciplinar é composta pelo instrutor/professor surdo, profissional ouvinte bilíngue, intérprete de Libras em sala de aula comum, bem como atendimento em sala de recursos multifuncionais, orientação educacional, acompanhamento pedagógico e acompanhamento psicológico

realizar as atividades em conjunto e bem como manter o aluno atualizado dos acontecimentos do mundo e manter a comunicação, pois era a única pessoa que tinha para comunicar além de sua mãe. O contato com o aluno surdo num primeiro momento foi através do google meet, mas foi percebido que ele tinha muita dificuldade para acessar o link da reunião, foi então que conversamos, aluno e família, para ver a melhor forma para manter a comunicação, e ficou acordado que seria por meio de videochamada pelo aplicativo do whatsapp. Nem aluno e nem professor teve uma formação específica para atender ao aluno através do ensino remoto e nem o aluno teve um curso básico para usar as ferramentas tecnológicas para o ensino remoto. Para tanto, a Secretária de Educação deixou livre para que as escolas escolhessem quais ferramentas deveriam usar para que o ensino remoto acontecesse.

Quanto ao intérprete de libras quais foram os desafios enfrentados?
Tínhamos materiais para atuar em casa? Recebemos formação para isso?
Como se sentiu diante disso?

Enquanto intérprete de libras passamos por muitos desafios: como manter o mesmo nível de aprendizagem como o ensino remoto, como seria a reação da família e da criança nessa modalidade de ensino. E diante desses desafios vieram as incertezas. Quanto aos materiais tecnológico básicos para atuação em casa ficamos a mercê, assim, cada um teve que se organizar de acordo com suas condições socioeconômica, teve intérprete que não tinha um celular adequado e uma internet boa para que o atendimento ocorresse das mais variadas formas: quem tinha condições e comprou um celular com uma resolução melhor, usou aplicativo para colocar a janela de libras nos vídeos que a professora regente disponibilizava, adquiriu o kit de básico youtube e montou um estúdio para preparar as aulas. E, houve quem manteve a comunicação com o aluno através de mensagem pelo whatsapp. Para tanto, os intérpretes de libras não receberam nenhuma formação específica para atuar no ensino remoto. Ficando a critério de cada escola e até mesmo do intérprete fazer a opção de como deveria atender a esse aluno nessa modalidade de ensino imposto pela o período da pandemia. O sentimento do momento era de incertezas, medo, inseguranças, desafios impostos que não possibilitou nenhuma formação para ter um norte de como deveria ensinar no ensino remoto, qual ferramenta usar. Não tivemos por parte dos poderes público um olhar sobre os profissionais da educação especial e nenhum uma olhar das famílias diante da situação a qual todos estavam impostos. Sentimo-nos perdidos e acuados diante de tudo que foi imposto pelo poder público sem uma formação e respaldo para oferecer o ensino. E a vida pessoal e familiar em questão de perda familiar e poder aquisitivo nos abalou em muito o emocional e tendo que ser “fortes” para atender ambos os lados: família um bem maior que tínhamos que cuidar

e o aluno que tínhamos que manter os estudos e garantir o mínimo de ensino de qualidade e aprendizagem.

Diante disso, como ficou a relação e as estratégias de ensino do aluno surdo com o professor regente?

No período das aulas ainda presenciais pude observar sinais de timidez dos professores. Timidez essa relacionada ao medo de não saber se comunicar com aluno por ser uma outra língua, a língua de sinais. Assim, alguns professores na sua aula chegava perto da intérprete educacional e perguntava o sinal de bom dia, oi e parabéns para que ele pudesse fazer para o aluno. E há quem escrevia na lousa e mostrava para o aluno a palavra para copiar no caderno. Observei ainda a dificuldade dos professores regentes em fazer adaptação das atividades para atender o aluno em sala de aula. Dificuldade relacionada principalmente por não conhecer a forma pedagógica de como o aluno aprende e quais estratégias de ensino, que em muitos casos passa pela informalidade do conhecimento. É sabido que o próprio sistema de ensino não possibilita ao professor tempo hábil para realizar atividades de forma acessível seja para aluno com surdez ou aluno com outro tipo de deficiência.

O município de Campo Grande do Estado de Mato Grosso do Sul oferece cursos de Libras do básico à prática de Interpretação em Libras para todos os professores. Esses cursos acontecem semestralmente e anualmente. Mas, infelizmente, o professor precisa ter força de vontade para querer realizar o curso, pois estes acontecem no período noturno e aos sábados em poucos locais estratégicos. O professor costuma trabalhar quarenta e até mesmo sessenta horas semanais, além do fato de que muitos desses profissionais precisam se deslocar para trabalhar em várias escolas, sem contar que além do trabalho há uma família que exige atenção e cuidados. Para isso, o professor necessita de um horário livre que fosse dedicado à sua formação.

Segundo Pinheiro e Fidalgo (2018) a falta de preparação dos professores regentes e a precariedade do trabalho atribuído a eles estão atrelados ao excesso de trabalho relacionado pelas longas jornadas de trabalho e ausência de materiais pedagógicos, acarretando um profissional alvo de uma inclusão educacional excludente. Diante disso, houve uma formação para os professores para usar as ferramentas tecnológicas e as redes sociais para atender aos alunos no ensino remoto?

Observei que os professores da rede municipal de Campo Grande não receberam nenhum treinamento ou suporte tecnológico para atender aos alunos da rede. Cada escola e professor tiveram que se adequar a situação de acordo com a sua demanda. Teve escola que adotou o grupo de *WhatsApp* para atender aos alunos, há caso que usou o *Facebook* e o *Google Meet*. Assim, ficou a critério de cada escola e até mesmo professores ficaram realizar o atendimento aos alunos.

Com o período da pandemia a situação da inclusão em especial dos alunos surdos agravaram ainda mais para a exclusão educacional.

Percebi que houve um distanciamento ainda maior com a pandemia, observei a dificuldade do professor regente em elaborar suas aulas e dar as aulas de forma lúdica e atrativa. Em relação ao aluno surdo o professor regente, este não tinha contato com o aluno surdo. Ele inseria as atividades a ser realizada no grupo de whatsapp da sala de forma descritiva, às vezes, tinha sugestão de vídeo explicativo do youtube e os alunos tinham que realizar as atividades com esses elementos. No entanto, não existia contato do professor regente com o aluno surdo e também com os alunos ouvintes. Os professores regentes ficavam de plantão para tirar as dúvidas de quem os procurasse. Foi observado que muitos alunos não entravam em contato com os professores para pedir explicação referente as atividades. Assim, o aluno tinha o horário da aula para realizar as atividades e enviar para o professor da disciplina que as recebiam e corrigiam e davam uma devolutiva e atribuíam pontos positivos, caso fizesse a atividade durante a aula online e negativo caso não realizasse a atividade. A intérprete de Libras educacional nas atividades de plantão dos professores regentes realizavam a atividade online por meio da vídeo-chamada pelo whatsapp com o aluno surdo. O atendimento acontecia uma hora por dia e era realizado todos os dias no período vespertino (anotações em tempos pandêmicos).

Percebe-se que com a pandemia houve um isolamento social de fato, o contato social entre o aluno e professor e aluno e aluno se agravaram e a forma de ter um contato com os alunos só ocorreu de forma virtual, mas cada um em seu espaço social e este encontro ocorria de forma muito tímida, com uma porcentagem muito baixa de participantes que de fato participaram e mostraram o seu rosto para interagir *online*. Outra dificuldade foi do aluno surdo e dos professores regentes para ter acesso e contato aos conteúdos ministrados.

Como o professor ministrou a sua aula remota e qual ambiente virtual foi utilizado?

Com o ensino remoto exigiu dos professores terem um bom equipamento tecnológico para dar as suas aulas, pois um professor tem várias turmas e centenas de alunos, e, exigiu ainda uma internet de excelência para suportar as aulas. Assim como os alunos, exigiram dos pais ou responsável terem internet e um equipamento tecnológico para que a criança não ficasse sem as aulas online. E sabemos que o poder aquisitivo de muitas famílias se agravou ainda mais com a pandemia, muitas famílias perderam a renda e os gastos doméstico aumentaram, mas tempo em casa consequentemente mais gastos com a alimentação e nos serviços básicos de saúde. Já a intérprete de libras educacional precisou contratar uma internet de fibra óptica, adquirir celular *smartphone* somente para atender ao aluno, um kit completo de *ring light* com tripé *dimmer youtuber selfie Pro* e um painel de fundo verde.

No caso do aluno surdo a situação de relacionamento não foi diferente dos alunos ouvintes e pode se dizer que a comunicação agravou ainda mais, no ensino presencial havia o contato direto com o intérprete educacional tanto para aumentar o vocabulário em libras como para auxiliar nas atividades diárias e se relacionar com os colegas e professores. Já no ensino remoto acarretou a exclusão do surdo deixando muitos deles excluídos até mesmo da comunicação do seio familiar por não saber se comunicar em língua de sinais.

Os professores regentes tiveram dificuldades para elaborar uma aula mais atrativa e lúdica. Quanto ao contato do professor com o aluno surdo percebe-se que não houve nesse período de pandemia seja por dificuldade do professor regente em realizar suas aulas acessíveis e achar que o aluno surdo é do intérprete educacional e ou a sobrecarga de trabalho para elaborar as aulas e atender aos alunos ouvintes. A atuação do intérprete educacional de Libras com o aluno surdo no ensino remoto aconteceu de acordo com a realidade da família. No entanto, eu entrei em contato com a família do aluno para que pudesse organizar um horário para atendê-lo. Ficou combinado para realizar os atendimentos no período vespertino das 14h até as 15h todos os dias, pois o aluno não conseguia acordar pela manhã e na sexta-feira a mãe pediu para não atender o aluno, pois era o dia que ela estava em casa para ficar com o filho. A mãe levava o filho de segunda à quinta-feira para a casa da tia, local onde o aluno tinha acesso à internet para realizar as atividades. Todas as atividades do aluno eram realizadas neste período de atendimento online. O aluno não realizava as atividades remotas em casa sozinho, por isso ficou acordado

com a família, os atendimentos de 1 hora por dia durante quatro dias na semana. As atividades eram realizadas conforme o desenvolvimento do aluno, muitas das vezes não conseguia acompanhar a turma. Para ter um melhor aproveitamento as atividades eram realizadas na sequência da apostila. Já a sua turma realizava as atividades de acordo com o horário das disciplinas cumprindo o cronograma de aula. Quanto ao intérprete de libras, fazia a interpretação dos conteúdos e atividades em casa sozinho quando algum materiais era iguais fazia-se o compartilhamento das aulas interpretadas, isso aconteciam porque cada escola elaborava a sua própria apostila, e, quanto a apostila era elaborada pela Secretaria de Educação tínhamos um porcentagem maior de compartilhamentos das aulas gravadas em libras e o compartilhamento só não era maior porque dependia da necessidade de cada aluno deixando muito restrito. Assim, o nosso trabalho se intensificou muito, pois exigiu além da gravação das aulas, a edição dos vídeos e atendimentos ao aluno por meio de atendimento síncrome. Houve a intensidade de trabalho, no entanto, a carga horária dos intérpretes foi reduzida, bem como o salário, deixando ainda mais abalado o emocional e a renda familiar, pois, havia família que dependia apenas daquele salário para a sobrevivência.

Sabe-se que intérprete educacional que em linhas gerais fica responsável por mediar todos os processos de comunicação entre o aluno surdo e os demais sujeitos que compõem o universo escolar. E com a pandemia ficou muito nítido, o intérprete educacional precisou ir além de sua função para que o aluno surdo não desistisse das aulas e realizasse as atividades.

No período da pandemia como intérprete educacional de Libras precisei usar de estratégias educacionais para que o aluno surdo realizasse as atividades e não desistisse das aulas. Dentre os fatores de estratégias foi conversar com o aluno e a família para averiguar o meu horário e dia para atender o aluno. Assim, ficou acertado que as atividades seriam realizadas em tempo real, pois se explicasse os conteúdos e pedisse para o aluno realizá-lo sabíamos que não o faria. Assim, o aluno era atendido no seu contraturno de aula no período de uma hora e meia por meio da videochamada pelo *whatsapp*. Nesse período fazia as atividades de uma disciplina e só mudava para outra disciplina quando terminasse. O aluno surdo não acompanhava as aulas do professor regente, suas aulas eram somente com a intérprete de libras e realizadas de acordo com o desenvolvimento do atendimento. Às vezes, não conseguia finalizar a apostila de atividade como os demais. Assim, os professores regentes davam dias a mais para que o aluno pudesse finalizar as atividades e entregar a apostila na escola para ser corrigida.

Parece que a inclusão do aluno surdo nas escolas se faz mediante apenas à presença do intérprete, que tem a função de traduzir em sinais tudo que o professor está falando. Neste sentido, o professor segue explicando para os alunos ouvintes e acredita que o intérprete deve fazer o trabalho de tradução e inclusão simultaneamente. Sobre isso Rocha afirma (2010, p.21):

O primeiro personagem é o aluno surdo. Este possui língua e cultura diferentes daquelas com as quais o professor está acostumado a lidar. Também, por lei, tem o direito de ser incluído em sala e escola de ensino comum. Todavia, a discussão não se aterá a esse personagem, embora seja o principal. O segundo personagem é o intérprete de LIBRAS. Esse servirá de canal comunicativo entre os surdos e as pessoas que os cercam. Mas que papel ele exerce em sala de aula? Como deverá ser sua postura em sala de aula? Há éticas que o limitem ou lhe deem direitos? Quem é ele, enfim, na sala de aula? Na escola? [...]. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes como em qualquer contexto tradutório que vivenciou ou vivenciará. Ele realiza uma atividade humana que exige dele estratégias mentais na arte de transferir o contexto, da mensagem de um código linguístico para outro

Assim, há a necessidade da equipe interdisciplinar na escola que tenha alunos surdos matriculados, pois é essa equipe a partir de um trabalho coletivo que possibilitará a inclusão desse aluno oferecendo a ele experiências visuais para que se sinta inserido e possibilite igualdade de oportunidades em um ensino de qualidade em uma turma de ensino regular comum.

Dos profissionais das escolas regulares comum de ensino há uma parcela minoritária que possui conhecimento na Língua de Sinais. Observa-se que quando o professor tem esse conhecimento, durante as aulas ele proporciona ao aluno interação com sinais, ainda que seja básico. Porém, todo o processo de tradução das aulas fica por conta do intérprete. Observa-se que quando o professor desconhece a Língua de Sinais impossibilita estabelecer um diálogo e/ou interação com o aluno surdo transferindo todas as suas responsabilidades, como professor, para o intérprete.

Com a pandemia o aluno surdo tinha contato direto somente com a intérprete de Libras, pois esse modelo de ensino, o ensino remoto é para Shimazaki, Menegassi e Ghizzo Neto (2020, p. 8).

Sistema de ensino distante da realidade de muitas crianças e jovens, assim como o acesso aos conhecimentos científicos, necessários ao seu desenvolvimento psíquico. Esse modelo moderno de ensino exclui aqueles que não conseguem se adequar às necessidades básicas que a tecnologia exige (p.8).

No ensino remoto ficou nítido que as atribuições e competências do intérprete educacional necessitou ir além de suas atribuições, já que o professor regente não conseguiu atender toda a demanda que é de suas atribuições aos alunos ouvintes. Neste modelo de ensino e mais uma vez o aluno surdo foi deixado a mênção do intérprete para realizar todo o ensino e a mediação, que era repassada do professor regente para o intérprete e ao contrário como deveria, do regente para o aluno surdo com a mediação do intérprete de Libras. Mais uma vez há uma segregação no ensino dos alunos que são “inclusos” no processo de ensino. Desta forma, o intérprete se viu obrigado a realizar a duplicidade de função, professor e intérprete. E, será que nessa duplicidade de função foi satisfatória para a aprendizagem do aluno nesse modelo de ensino remoto?

Pude observar que um dos agravantes da duplicidade de função do intérprete com o aluno surdos foi o isolamento do surdo dentro de casa com a sua comunicação e o relacionamento pessoal. O aluno de fato ficou mais reservado em seu quarto, sem muita comunicação com os familiares, contudo, a comunicação foi potencializada com a intérprete educacional. Longas horas sem sono e jogos online, atividades que afetou o seu físico por falta de atividades físicas e de lazer, o emocional afetado por um relacionamento privado pela falta de comunicação com as pessoas.

Durante a pandemia do covid-19 os professores optaram por entregar aos alunos uma apostila mensal com as atividades impressas, pois muitas crianças não tinham acesso à internet e, as vezes, de forma limitada. Diante desses empecilhos a apostila impressa foi a melhor forma para amenizar a disparidade

de acesso as aulas. E para o aluno surdo como ocorreu a formulação dessas apostilas?

Em relação as apostilas disponibilizadas pela escola, o aluno surdo também recebeu a sua, mas para isso a intérprete educacional de Libras fez a reformulação e adequação da apostila para o aluno, sendo adaptada em Libras e com o conteúdo reduzido pela necessidade de que o aluno pudesse acompanhar e realizar as atividades com a turma.

Diante das minhas narrativas de intérprete educacional de Libras pude observar que houve algumas barreiras em relação a falta de formação e também de capacitação dos intérpretes de libras para atuar no ensino remoto imposto pela pandemia da COVID 19. Não tivemos nenhum curso online para nos prepararmos para atender nessa modalidade, assim cada profissional teve correr atrás de sua própria capacitação e necessidade. Enquanto intérprete de libras assisti e pesquisei vários programas para melhor atender ao aluno. Na Jornada Pedagógica do ano letivo de 2021 tivemos curso de programas que pudesse ajudar na elaboração das aulas e também transmitir aos alunos. As adaptações dos materiais quando a apostila não chegava da Secretaria de Educação, a própria escola elaborava. Para isso tinha um prazo de duas semanas para os professores regentes fazerem e uma semana para o intérprete de libras realizar as adaptações necessárias de acordo com a necessidade e o nível de aprendizagem do aluno. Após realizada a adaptação, o material era enviado à técnica do polo para fazer as devidas “correções”, técnica essa que muitas vezes não tinha conhecimento da língua de sinais.

Sabe-se que o isolamento social foi uma forma emergencial para superar a pandemia, situação que ninguém estava preparado para enfrentar uma mudança tão drástica a qual foi imposta para o mundo. E, a inclusão do aluno surdo por si só já é difícil e com esse período teve um grau ainda mais de dificuldades e adaptações por conta do aluno, das famílias, dos professores da escola e intérprete educacional. A situação da pandemia fez com que as necessidades fossem repensadas pelos órgãos competentes. Necessidade de uma formação adequada para todos da comunidade escolar em prol da educação do aluno surdo, pois, os professores regentes não tinham nenhuma

capacitação voltada para o meio tecnológico e muito menos para comunicar com o aluno surdo.

Diante dos relatos pude perceber que tantos os meios externos como internos trouxeram impactos e interferiram no ensino aprendido, dentre eles estão a falta de uma formação e uma capacitação continuada da comunidade escolar, falta de materiais pedagógicos para os professores, o acesso as TICs adequadas para atender aos alunos e assim com acesso dos alunos as TICs, fizeram com que interferisse e enfraquece o desenvolvimento intelectual e emocional do aluno surdo. Dentre as dificuldades recorrentes foram a comunicação e o acesso à internet, e a necessidade de pensar algo para melhorar a inclusão do surdo aos meios tecnológicos. Diante disso, a necessidade de uma conscientização que perpassa os muros da sala, dos professores e do intérprete de libras e também do aluno surdo. Para Antunes Neto (2020, p. 35):

Passa pela educação a missão de disseminar o conhecimento tecnológico de forma igualitária e inclusiva, independente do contexto socioeconômico do aluno. Pelo fato da “sociedade da informação” ser pautada pela velocidade e alcance dos conteúdos consumidos, a questão a ser pensada é como toda a evolução rápida e crescente do aparato tecnológico/metodológico de ensino/aprendizagem passa a afetar a circulação de informações sem negligência dos distintos públicos que formam a cadeia do processo educativo.

Assim, a socialização da informação deve atender a todos, independentemente de suas condições sociais ou deficiência, uma negligência que perpassou com o ensino remoto no período de isolamento social, deixando as famílias à mercê sem aparato algum para garantir a continuidade do ensino às crianças e adolescentes.

Também deve-se ressaltar que não somente a tecnologia da informação, mas a necessidade de estratégias para a inclusão dos alunos, em especial os surdos. Diante das narrativas pode-se perceber que ficou ao cargo do intérprete de libras fazer as adequações necessárias para atender o aluno. O professor regente seja por falta de capacitação e sobrecarga de trabalho não preparou a sua aula de forma inclusiva, deixando o aluno mais uma vez na responsabilidade do intérprete de libras. Segundo Camizão, Conde e Victor (2021, p. 15).

A proposta de educação especial dos municípios não corresponde diretamente à proposta inclusiva prevista nas orientações anteriores ao período de pandemia. Se a proposta era estabelecer vínculos, eles alcançaram os seus objetivos, mas, se ela se estende ao comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento desses sujeitos, está bem longe de ser atingida.

Assim, o ensino aprendizagem dos alunos surdos na educação especial foi muito limitado, pois ele ficou restrito na resolução de exercícios de apostilas elaboradas, ora pelos professores regentes e ora pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Portanto, a educação inclusiva mais uma vez foi deixada em segundo plano, mesmo sendo um direito inalienável e incondicional de todos sem restrições (BRASIL, 1988).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário epidemiológico, em que o Brasil se encontrou com o surto do vírus SARS-CoV-2 - COVID 19 no primeiro semestre de ano de 2020, fez com que muitas medidas fossem adotadas para evitar a disseminação e conseqüentemente diminuir a quantidade de mortes. Não só na saúde como também na educação os governos, federais, estaduais e municipais adotaram medidas de prevenção e, no meio educacional, as medidas adotadas foram aplicadas para minimizar os atrasos nas aulas e no ano letivo, durante o período de isolamento social, dentre eles o ensino remoto.

Para a educação de surdos o ensino remoto trouxe entraves precisos e contínuos. Assim, a cidade de Campo Grande -MS aderiu ao ensino remoto como estratégia de ensino durante o período de enfrentamento da Covid-19. As aulas de atendimento ao aluno surdo ocorreram através de videochamada pelo Whatsapp e vídeos do Youtube e com apostilas adaptadas em Libras. As medidas adotadas foram de forma emergencial, para que não cancelasse o ano letivo, esse sistema de ensino adotado exigiu condições socioeconômica da família, como ferramentas tecnológicas e habilidades e compromisso do aluno para que pudesse ocorrer de fato o processo de ensino aprendizagem na modalidade remota. Para tanto, as medidas adotadas de ensino ocasionaram mudanças no paradigma educacional até então nunca realizado antes.

No tocante às medidas adotadas, pode-se observar que muitas situações foram ignoradas pelos órgãos responsáveis, com destaque a vulnerabilidade socioeconômica, linguística, cognitiva, afetiva, emocional dos alunos. Portanto, o ensino remoto acarretou ainda mais a exclusão dos alunos surdos diante da pandemia e também das condições impostas e requisitada a eles.

Observou-se que o processo de inclusão dos surdos na escola regular ainda é um processo bem distante da realidade de ser concretizada de fato e com a pandemia a situação se agravou para a exclusão dessas pessoas, forçando de fato a ficar segregados e isolados em quarto por falta de comunicação entre a família e principalmente de seus professores e amigos tendo apenas o intérprete para se comunicar.

O intérprete de Libras no dia a dia de sala de aula já tem uma relevância extrema para os alunos surdos, mediar a comunicação entre o professor-aluno

e os amigos-aluno, mas com a pandemia esse profissional teve uma função primordial para o surdo, manter a comunicação e mediar as situações de conflitos emocionais e psicológicos que covid sujeitou.

Outra situação agravante da pandemia foi o ensino remoto adotado que pegou todos de surpresa e despreparados tanto a escola como professores e alunos, pois essa modalidade exige aparatos tecnológicos para ambos os lados, professor e aluno e bem como formação técnica para usá-lo. E, de fato, todos ficaram à mercê da sorte e das condições socioeconômicas para que de fato o ensino continuasse e no ano letivo fosse cumprido. Assim essa, falta de alfabetização digital dos professores e alunos proporcionou para uma parcela de estudante um ensino superficial e para outros um ano letivo sem aprendizagem.

Dentre outras dificuldades estavam também à falta de materiais e equipamentos úteis para que pudesse ocorrer um ensino remoto, as condições socioeconômicas dos professores acarretaram a falta de equipamento básico para disponibilizar uma aula online de qualidade e a dos alunos com o mínimo, um aparelho tecnológico e uma internet para ter acesso as aulas e acompanhá-las. Para o aluno surdo a situação foi ainda mais agravante, contou apenas com o apoio das apostilas impressas com conteúdos reduzidos e adaptados em libras, mas que nada adiantou muito, pois muitos alunos ainda não são alfabetizados em libras e o intérprete de libras que teve o papel de comunicar com o surdo e realizar a resolução dos exercícios.

Portanto, deve-se (re)pensar em estratégias para que o ensino de surdos possa acontecer de forma mais igualitária em uma modalidade de ensino remoto, com acesso às mesmas quantidades e qualidades de conteúdos e aulas online e não-online.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015, p. 14- 66.

ANTUNES NETO, Joaquim M. F. Sobre ensino, aprendizagem e a sociedade da tecnologia: por que se refletir em tempo de pandemia? **Prospectus**, Itapira, v. 2, n. 1, p. 28-38, fev.-ago. 2020. Disponível em: <https://www.prospectus.fatecitapira.edu.br/index.php/pst/article/view/31/28>. Acesso em 10/05/2022.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF: senado federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de maio de 2022.

CAMIZÃO, Amanda Costa; CONDE, Patrícia Santos; VICTOR, Sônia Lopes. **A implementação do ensino remoto na pandemia**: qual o lugar da educação especial? Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e245165, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202147245165>. Acesso em 10 de maio de 2022.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos. In: QUADROS, Ronice Müller de Quadros; PERLIN, Gladis (ORG). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

CARVALHO, Alba Valéria Gomes; CUNHA, Marcos Roberto da; QUIALA, Rosário Fernando. O Ensino Remoto a partir da pandemia, solução para o momento, ou veio para ficar?. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. v. 10, pp. 77-96. Maio de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/partir-da-pandemia>

DAMÁZIO, Mirlene Ferreria Macedo. **Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da educação inclusiva para pessoa com surdez**: seu pensar, sentir e fazer. UFGD, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43208/1/2016_capliv_mfmdamazio.pdf. Acesso em 01/05/2022.

DORZIAT, Ana. Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica. **Revista Integração**, n. 18, 1997, p. 8-13. Disponível em: http://www.ines.org.br/ines_livros/13/13_PRINCIPAL.HTM. Acesso em: 22 de abril de 2022

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

KALATAI, Patrícia; STREIECHEN, Eliziane Manosso. **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil**. 2012. ANAIS da unicentro. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; GÓES, Maria Cecília Rafael. **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Editora Lovise, 2000.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES [online]**. 1998, v. 19, n. 46 pp. 68-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>>. Epub 07 Dez 2001. ISSN 1678-7110. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>. Acessado 7 Junho 2022] ,

LOPES, Ana Carolina Arantes das Chagas; ABREU, Sandra Elaine Aires de. **O congresso de Milão (1880) como marco histórico cultural na educação de surdos no Brasil**. v. 2 n. 2 (2017): III Mostra Científica do Curso de Pedagogia da Uni EVANGÉLICA. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/4469/2717>. Acesso em 22 de março de 2022

LOURO, Verônica; JANOARIO, Ricardo. Continuando a conversa: a educação de surdos e tempos de pandemia. In: CHALHUB, Tania; RIBEIRO, Tiago da Silva (Orgs). **Reflexões de um mundo em pandemia: educação, comunicação e acessibilidade**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2020

MELLO, Dilma; MURPHY, Shaun; CLANDININ, D. Jean. Introduzindo a investigação narrativa nos contextos de nossas vidas: uma conversa sobre nosso trabalho como investigadores narrativos. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 01, n. 03, p. 565-583, set/dez. 2016.

MENEZES, Tayana Dias de. A semiótica social e a multimodalidade: uma proposta de ensino para alunos surdos. **Revista de Estudos Híbridos na Área da Linguagem (REHAL)**, Bagé, v. 01, n.02, p. 20-33, 2021 Grupo de Pesquisa em Ensino e aprendizagem de línguas: uma abordagem quantitativa Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Disponível em: periodicos.unipampa.edu.br/index.php/REHAL. Acesso em 20 de março de 2022

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter. 2000.

PINHEIRO, Lucineide Machado. **Adaptações curriculares na “inclusão” escolar de alunos surdos: intervenções colaborativas**. Orientadora: Sueli Salles Fidalgo. 2018. 430f. Tese (Doutorado em Ciências: Educação e Saúde na Infância e na Adolescência) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; MENEGASSI Renilson José; GHIZZO NETO, Dinéia Fellini. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 31 ago. 2021.